

CPI da Dívida de S.Caetano entra na fase final e Parra inicia elaboração de relatório

Segundo o relator da comissão, ainda não há prazo definido para entrega do documento final

ANGÉLICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga as contas de 2024 do ex-prefeito José Auricchio Junior (PSD) entrou oficialmente na fase de relatório. Edital publicado na quinta-feira (8) informa que o teor inteiro do processo foi encaminhado ao vereador Edison Parra (Podemos), relator da CPI, responsável pela elaboração do relatório final. Após a finalização do documento, os trabalhos da CPI serão retomados para deliberação conclusiva.

O parecer elaborado por Parra será submetido ao plenário da Câmara e, posteriormente, encaminhado ao Ministério Público e ao TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). Devido à complexidade do material sob análise, Parra evitou fixar datas. "Neste momento, não há um prazo fechado. O relatório exige uma análise profunda e minuciosa de milhares de páginas de documen-

tos e pareceres técnicos. Vamos tentar finalizar o relatório o quanto antes, com responsabilidade e precisão, respeitando o processo e a expectativa da população", afirmou o podemista.

Levantamento apresentado durante audiência da CPI aponta que auditoria realizada pela Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia), com base em cerca de 14 mil páginas de documentos enviados pela Prefeitura, identificou possíveis desconformidades à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei 4.320, que trata das normas gerais de direito financeiro. O montante das inconsistências pode chegar a R\$ 232 milhões.

De acordo com o relatório técnico, quatro pontos concentram as principais irregularidades: cancelamento de R\$ 30 milhões em dívidas já liquidadas em 30 de dezembro, último dia útil de 2024; obrigações a pagar sem cobertura orçamentária que so-

nam R\$ 154 milhões; distorções de aproximadamente R\$ 20 milhões nos saldos bancários; e pagamento de R\$ 47 milhões em despesas de 2024 com empenhos emitidos em 2025.

Parra afirmou que todo esse conjunto de informações será tratado com rigor técnico. "O relatório vai abordar a execução orçamentária e financeira das contas de 2024 da Prefeitura, os procedimentos fiscais, contábeis e administrativos adotados. Os cancelamentos de liquidações, as contratações sem cobertura orçamentária e as divergências nos saldos bancários que foram constatados serão tratados de forma técnica, de acordo com as normas que regem a administração dos recursos públicos. Estamos falando de centenas de milhões de reais, uma fatia muito significativa do orçamento municipal", ressaltou.

O relator também afastou, por ora, a possibilidade de novos convites ao ex-prefeito e à ex-secretária da Fazenda Stefânia Wludarski, para prestarem esclarecimentos. "Até o momento, não existe previsão



EDISON PARRA. "Estamos falando de centenas de milhões de reais"

de novas oitivas. Durante a elaboração do relatório, caso a relatoria identifique a necessidade, essa avaliação será levada aos demais membros da CPI", explicou Edison Parra. Tam-

bém integram a comissão César Oliva (PSD), presidente, e Marcel Munhoz (Progressistas), proponente da CPI. Sobre a ausência de José Auricchio e de Stefânia Wludarski na oitiva marcada para 19

de dezembro, Parra foi direto: "Tentamos ouvir quem esteve envolvido diretamente nas decisões contábeis e fiscais das contas de 2024. As ausências foram lamentáveis. Não foi só a CPI que perdeu. Eles também perderam a oportunidade de explicar as possíveis irregularidades investigadas. Porém, as ausências não comprometeram os trabalhos, que possuem extensa base em documentos oficiais."

À época, José Auricchio e Stefânia divulgaram, em carta conjunta, a justificativa para o não comparecimento. Afirmaram que tinham total interesse em comparecer perante a CPI e realizar esclarecimentos "sobre as inúmeras inverdades que estão sendo propagadas". Porém, na carta, ambos alegaram que a CPI se baseia em documentos sob investigação criminal, questionaram a contratação sem licitação de uma auditoria externa ao custo de R\$ 800 mil e afirmaram que o município teria negado acesso a informações e documentos considerados essenciais para a defesa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3